

6

EDUCAÇÃO PERMANENTE EM SAÚDE: ESTRATÉGIA DE QUALIFICAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS EM SAÚDE COLETIVA

▶ **Brenda Lúcia Xavier Pantoja Barros**

*Licenciatura plena em Psicologia pela UNAMA, Mestrado em Educação pela ULBRA
Analista do comportamento pela Cbi of Miami, Neuropsicóloga pela FAVENI, Especialista em
transtorno do espectro do autismo pela UEPA, Especialista em saúde mental pela IBPEX*

▶ **Gabriel Mavignier Alves**

Graduando em Psicologia pela Faculdade dos Carajás

▶ **Maria Izabella Coelho Pinheiro da Silva**

Nutricionista pela Universidade Federal de Juíz de fora

▶ **Lindemberg da Silva Maia**

Mestrando em Saúde da Família pela UNILAB

▶ **Taís de Lima Castro**

*Enfermeira pela Universidade Estadual do Ceara
MBA em Auditoria, Acreditação e Gestão da Qualidade aos Serviços de Saúde*

 ORCID: <https://orcid.org/0009-0008-8846-768X>

▶ **André Felipe da Silva Almeida**

*Graduado em Odontologia Esp. em Saúde da família e Mestrando em saúde
coletiva pelo São Leopoldo Mandic - Campinas Sp*

▶ **Mesias De Nazaré Campos Soares**

*Licenciatura E Bacharel Em Educação Física Universidade Estadual Vale Do
Acaraiú- Uva, Pós-Graduação Em Fisiologia Do Exercício Faculdade-Fama,
Mestrando Em Saúde Pública- Univerdade Fic's, Pós-
Graduação.Musculação: Condicionamento Físico, Prevenção E Reabilitação De
Lesões Pela Faculdade-Facuminas*

 ORCID: <https://orcid.org/0009-0009-5200-9115>

▶ **Francisca Gomes de Oliveira**

Graduanda em Enfermagem pelo Centro Universitário de Ourinhos- UNIFIO

▶ **Joana Alice Arruda de Oliveira**

Graduanda em Enfermagem pela Universidade Federal de Uberlândia

ORCID: <https://orcid.org/0009-0001-7471-0334>

▶ **Francisco das Chagas Sousa Barros Junior**

Graduado em Farmácia pelo Instituto de Ensino Superior de Teresina e Pós-graduação lato sensu em docência do ensino superior

ORCID: <https://orcid.org/0009-0009-9992-3609>

RESUMO

INTRODUÇÃO: A Educação Permanente em Saúde (EPS) configura-se como um eixo estruturante das políticas públicas no contexto do Sistema Único de Saúde (SUS), por articular saberes e práticas cotidianas com vistas à transformação dos processos de trabalho em saúde. No entanto, sua efetiva implementação ainda encontra entraves relacionados à fragmentação da gestão, à descontinuidade de políticas e à carência de estratégias participativas e territorializadas. **OBJETIVO:** Analisar a Educação Permanente em Saúde como estratégia de qualificação das políticas públicas em saúde coletiva, com ênfase em seus fundamentos, desafios e potenciais transformadores. **METODOLOGIA:** Trata-se de uma revisão narrativa da literatura, de natureza qualitativa, realizada entre março e maio de 2025. A seleção das fontes se deu nas bases SciELO, PubMed, BVS e repositórios institucionais, com critérios de inclusão voltados a publicações entre 2023 e 2025. Foram incluídos artigos em português, inglês e espanhol que abordassem a relação entre EPS e políticas públicas de saúde. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** A análise revelou que a EPS, quando aplicada com base em metodologias ativas e planejamento ascendente, tem potencial para transformar práticas de cuidado, qualificar os serviços e fortalecer a gestão participativa no SUS. Contudo, desafios como a falta de articulação intersetorial e a fragilidade institucional comprometem sua efetividade. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Conclui-se que a EPS deve ser entendida como uma política permanente e estratégica, essencial para o aprimoramento das ações de saúde coletiva, exigindo compromisso político, financiamento contínuo e valorização dos trabalhadores como sujeitos do processo formativo.

PALAVRAS-CHAVES: Educação em saúde; Educação permanente; Políticas públicas; Qualificação profissional; Sistema Único de Saúde.

1

PERMANENT HEALTH EDUCATION: A STRATEGY FOR QUALIFYING PUBLIC POLICIES IN COLLECTIVE HEALTH**ABSTRACT**

INTRODUCTION: Permanent Health Education (PHE) is a foundational axis of public policy within Brazil's Unified Health System (SUS), as it integrates knowledge and everyday practices aimed at transforming healthcare work processes. However, its implementation still faces challenges related to fragmented management, policy discontinuity, and a lack of participatory and territorially grounded strategies. **OBJECTIVE:** To analyze Permanent Health Education as a strategy for qualifying public policies in collective health, focusing on its principles, challenges, and transformative potential. **METHODOLOGY:** This is a qualitative narrative literature review conducted between March and May 2025. Source selection was carried out in SciELO, PubMed, BVS, and institutional repositories, including publications from 2023 to 2025. Articles in Portuguese, English, and Spanish addressing the relationship between PHE and public health policy were considered. **RESULTS AND DISCUSSION:** The analysis showed that PHE, when applied through active methodologies and bottom-up planning, has the potential to transform care practices, enhance service quality, and strengthen participatory management within SUS. Nevertheless, challenges such as weak intersectoral coordination and institutional fragility continue to hinder its effectiveness. **FINAL CONSIDERATIONS:** It is concluded that PHE must be understood as a permanent and strategic policy, essential for improving collective health actions, requiring political commitment, continuous funding, and the recognition of health workers as protagonists in the educational process.

KEYWORDS Health education; Permanent health education; Professional qualification; Public policies; Unified Health System.



INTRODUÇÃO

Ao A consolidação do Sistema Único de Saúde (SUS) como política pública de abrangência nacional depende não apenas de financiamento adequado e estrutura física, mas principalmente da qualificação contínua dos profissionais que o compõem. Nesse sentido, a Educação Permanente em Saúde (EPS) constitui-se como uma estratégia fundamental para o fortalecimento da gestão do trabalho e da educação em saúde, pois articula saberes e práticas no cotidiano dos serviços, promovendo a transformação dos modos de fazer e pensar o cuidado (Reis et al., 2025; Zancan; Canan, 2023).

Contudo, ainda persiste um distanciamento entre as diretrizes da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (PNEPS) e sua efetiva implementação nas redes locais, o que dificulta a construção de processos educativos vinculados às necessidades reais dos territórios. Em muitas regiões, observa-se que as ações formativas ainda assumem formatos tradicionais, desarticuladas da realidade dos serviços e sem diálogo com os sujeitos envolvidos nos processos de trabalho (Oliveira et al., 2024). Essa desconexão compromete a capacidade da EPS de contribuir para a qualificação crítica, participativa e emancipatória das políticas públicas em saúde coletiva.

Justifica-se, portanto, a necessidade de investigar e sistematizar experiências e evidências que evidenciem como a EPS pode ser operacionalizada de maneira efetiva e transformadora, integrando ensino, serviço e gestão. A literatura recente demonstra que, quando aplicada com intencionalidade pedagógica e apoio institucional, a EPS contribui significativamente para o aprimoramento das práticas em saúde, favorecendo a responsabilização coletiva, o planejamento ascendente e a democratização dos processos decisórios (Brasil, 2023; Ministério da Saúde, 2024).

Diante desse cenário, este estudo tem como objetivo analisar a Educação Permanente em Saúde como estratégia de qualificação das políticas públicas em saúde coletiva, destacando seus fundamentos, desafios e potencialidades no contexto da gestão participativa do SUS.

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de natureza descritiva, com delineamento do tipo revisão narrativa da literatura, cujo objetivo é analisar de forma crítica a Educação Permanente em Saúde (EPS) como estratégia de qualificação das políticas públicas em saúde coletiva. Esse tipo de estudo foi escolhido por permitir uma abordagem reflexiva e ampliada sobre produções científicas recentes

que discutem experiências, desafios e potencialidades da EPS no contexto do Sistema Único de Saúde (SUS).

A pesquisa foi conduzida de forma remota, sem delimitação geográfica específica, tendo como universo a produção científica nacional e internacional disponível em bases de dados reconhecidas, entre os anos de 2023 a 2025. Para tanto, foram selecionadas as seguintes bases de dados: SciELO, PubMed, Google Scholar, BVS (Biblioteca Virtual em Saúde) e o Repositório Institucional do Ministério da Saúde.

Os critérios de inclusão adotados foram: publicações disponíveis em texto completo, nos idiomas português, inglês ou espanhol; publicadas entre janeiro de 2023 e maio de 2025; e que abordassem diretamente a EPS vinculada à qualificação da saúde coletiva, gestão do trabalho ou políticas públicas em saúde. Foram excluídas produções duplicadas, resumos sem acesso ao texto completo, artigos opinativos ou ensaios sem fundamentação teórica.

Como instrumento de coleta de dados, utilizou-se um roteiro estruturado para seleção, leitura e extração de informações, contendo os seguintes campos: título, autores, ano, periódico, objetivos do estudo, método utilizado, principais achados e conclusões. As variáveis selecionadas para análise envolveram: conceitos de EPS, estratégias metodológicas utilizadas nos serviços de saúde, articulação com a gestão e impacto na qualificação das políticas públicas.

A técnica de coleta de dados consistiu na busca avançada com uso de operadores booleanos e descritores combinados, como: “Educação Permanente em Saúde”, “Política de Saúde Coletiva”, “Gestão em Saúde”, “Atenção Básica” e “Formação em Saúde”. A análise dos dados foi realizada por meio da técnica de análise temática, conforme proposta por Bardin (2016), permitindo a categorização dos achados segundo os eixos analíticos estabelecidos no objetivo do estudo.

Por tratar-se de uma pesquisa secundária, sem envolvimento direto com seres humanos, não foi necessária a submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa, conforme orientações da Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise das publicações selecionadas evidenciou que a Educação Permanente em Saúde (EPS) tem sido cada vez mais reconhecida como uma estratégia estruturante para a qualificação das políticas públicas de saúde coletiva, especialmente no contexto da consolidação do Sistema Único de Saúde (SUS). Em primeiro lugar, observou-se que a maioria dos estudos recentes, como os de Zancan

e Canan (2023) e Reis et al. (2025), destacam a centralidade da EPS na articulação entre ensino, serviço e gestão, reafirmando sua natureza político-pedagógica voltada à transformação dos processos de trabalho em saúde.

Nesse sentido, os dados demonstram que, quando bem estruturada e vinculada às necessidades concretas dos territórios, a EPS contribui diretamente para o aprimoramento da prática dos profissionais e para a efetividade das políticas públicas locais. O Programa de Educação Permanente em Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (PEPSATT), por exemplo, lançado pelo Ministério da Saúde em 2023, tem sido citado como uma iniciativa de destaque na institucionalização da EPS como instrumento de gestão participativa e valorização profissional (Brasil, 2023). Relatos como o de Oliveira et al. (2024) reforçam que experiências apoiadas por metodologias ativas, rodas de conversa e planejamento ascendente têm maior impacto na transformação das práticas.

Contudo, apesar do avanço normativo e conceitual da política, ainda persistem desafios estruturais que limitam sua plena execução. Entre eles, destacam-se a fragmentação das ações formativas, a baixa integração entre as instâncias gestoras e a fragilidade dos espaços colegiados que deveriam articular ensino e serviço de forma permanente. Esses entraves são frequentemente apontados nas análises críticas dos documentos oficiais (Ministério da Saúde, 2024) e nas experiências relatadas por profissionais da atenção primária e da gestão (Reis et al., 2025).

Além disso, identificou-se que a descontinuidade política e a escassez de financiamento para ações de educação no trabalho comprometem a sustentabilidade das iniciativas. Muitos programas ainda se sustentam em projetos pontuais, sem integração sistemática com os Planos de Educação Permanente nos municípios e estados. Por outro lado, experiências exitosas, como a das comissões intergestoras regionais e dos núcleos de educação em saúde nos territórios, apontam caminhos possíveis para reverter esse cenário, desde que haja compromisso político e capacidade técnica para a gestão do conhecimento no SUS (Brasil, 2023).

Por fim, verificou-se que os estudos mais recentes convergem ao apontar a EPS como uma estratégia não apenas formativa, mas também transformadora das relações de poder, das práticas de cuidado e da própria lógica de organização dos serviços. Ao reconhecer os trabalhadores como sujeitos ativos do processo de mudança, a EPS rompe com a lógica tradicional e verticalizada da educação em serviço, valorizando o saber coletivo e a reflexão crítica sobre o cotidiano do trabalho (Zancan; Canan, 2023; Oliveira et al., 2024).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente análise permitiu compreender que a Educação Permanente em Saúde (EPS) configura-se como um instrumento estratégico para a qualificação das políticas públicas em saúde coletiva, ao promover a articulação entre o saber técnico, a experiência vivida no território e a gestão participativa. Quando fundamentada em princípios pedagógicos críticos, centrada nas necessidades reais do processo de trabalho e amparada por estruturas institucionais sólidas, a EPS se mostra capaz de transformar práticas, promover autonomia profissional e favorecer a efetividade das ações em saúde.

Entretanto, a pesquisa também revelou desafios persistentes, como a fragmentação das ações formativas, a ausência de planejamento integrado entre as esferas gestoras e a descontinuidade de investimentos. Tais obstáculos demonstram que a consolidação da EPS como política de Estado ainda demanda o fortalecimento dos dispositivos de articulação interfederativa, o incentivo à participação ativa dos trabalhadores e o compromisso político com a gestão do conhecimento no SUS.

Conclui-se, portanto, que a Educação Permanente em Saúde não deve ser compreendida como uma ação pontual ou acessória, mas como uma diretriz estruturante das políticas públicas em saúde coletiva, exigindo investimentos contínuos, planejamento estratégico e valorização dos sujeitos envolvidos no cuidado em saúde.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. **Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Oficina Nacional de Educação Permanente em Saúde começa nesta quarta (2)**. Brasília: Ministério da Saúde, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2024/outubro/oficina-nacional-de-educacao-permanente-em-saude-comeca-nesta-quarta-2>. Acesso em: 6 maio 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Política Nacional de Educação Permanente em Saúde: o que se tem produzido para o seu fortalecimento?** Brasília: Ministério da Saúde, 2023. Disponível em: https://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_educacao_permanente_saude_fortalecimento.pdf. Acesso em: 6 maio 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Programa de Educação Permanente em Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora – PEPSATT**. Brasília: Ministério da Saúde, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/svsa/saude-do-trabalhador/pepsatt>. Acesso em: 6 maio 2025.

OLIVEIRA, K. S. et al. Educação permanente em saúde como estratégia de qualificação do trabalho na Atenção Primária à Saúde: um relato de experiência. **Anais do Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva**, 2024. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/327047697_Educacao_Permanente_em_Saude_uma_estrategia_para_refletir_sobre_o_processo_de_trabalho. Acesso em: 6 maio 2025.

REIS, A. T. et al. Estratégias integradas para um sistema sustentável: gestão do trabalho e educação permanente em saúde pública. **Revista F&T**, v. 2, n. 1, p. 45–58, 2025. Disponível em: <https://revistaft.com.br/gestao-do-trabalho-e-educacao-permanente-em-saude-publica-estrategias-integradas-para-um-sistema-sustentavel/>. Acesso em: 6 maio 2025.

ZANCAN, J. A.; CANAN, S. R. Educação permanente em saúde: políticas e processos. **Revista de Ciências Humanas**, v. 24, n. 1, p. 159–173, 2023. DOI: <https://doi.org/10.31512/19819250.2023.24.01.159-173>. Acesso em: 6 maio 2025.